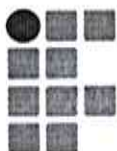




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 3/2016/CODIR/IFTO, DE 15 E 16 DE JUNHO DE 2016

1 Ata da terceira reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação,
2 Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. Aos dias quinze e dezesseis do mês de junho de dois
3 mil e dezesseis, com as atividades agendadas para os horários de expediente, das oito às doze
4 horas e das catorze às dezoito horas, no primeiro dia, e das catorze às dezoito horas, no segundo
5 dia, no Auditório I da Reitoria do IFTO, situada na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra
6 202 Sul, conjunto 1, lote 8, na cidade de Palmas-TO, reuniu-se, sob a presidência do magnífico
7 reitor substituto Ovídio Ricardo Dantas Junior, o Colégio de Dirigentes – Codir –, composto pelo
8 reitor como presidente; pelos pró-reitores, pelos diretores-gerais dos *campi* e pelos diretores dos
9 *campi* avançados do IFTO. Foi registrada a presença dos seguintes membros: pró-reitora de
10 Extensão Paula Karini Dias Ferreira Amorim; pró-reitor de Pesquisa e Inovação Augusto Cesar
11 dos Santos; diretor-geral do *Campus* Araguaína, Cristiano Fernandes Mateus; diretor-geral do
12 *Campus* Araguatins, Décio Dias dos Reis; diretor-geral *pro tempore* do *Campus* Dianópolis,
13 Jonas Reginaldo de Britto, com presença registrada somente no dia quinze de junho; diretor-geral
14 do *Campus* Gurupi, Marcelo Alves Terra, com presença registrada no dia quinze de junho e no
15 dia 16 de junho representado pelo servidor Cleverson da Silva Martins; diretor-geral *pro tempore*
16 do *Campus* Colinas do Tocantins, Paulo Hernandes Gonçalves da Silva; diretor-geral do *Campus*
17 Palmas, Octaviano Sidnei Furtado; diretor-geral do *Campus* Paraíso do Tocantins, Antonio da
18 Luz Junior; diretora-geral do *Campus* Porto Nacional, Lilissanne Marcelly de Sousa; diretora do
19 *Campus* Avançado Pedro Afonso, Juliana Ferreira de Queiroz e diretor do *Campus* Avançado
20 Lagoa da Confusão, Valquires Martins de Santana. Registrou-se também a presença da diretora de
21 Gestão de Pessoas Maria Edileuza Ferreira de França. O presidente conferiu o quórum,
22 cumprimentou os dirigentes e declarou aberta a reunião. Inicialmente procedeu-se à consideração
23 da ata redigida no último encontro, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou-se
24 para o informe. Ovídio informou que foi revogada a Portaria n.º 46 da Coordenação de
25 Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes –, que aprovou o Regulamento do
26 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid. Disse que no último dia 10 o





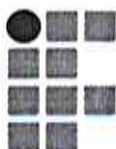
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

27 reitor Francisco Nairton recebeu a deputada federal Dorinha Seabra Rezende, com a presença
28 pró-reitores de Administração e Ensino, e na ocasião solicitaram apoio da deputada quanto ao
29 novo desenho do Pibid, que será reformulado, para que atenda melhor ao Instituto Federal do
30 Tocantins. Edileuza orientou os diretores dos *campi* quanto aos procedimentos para
31 redistribuição de servidores. Esclareceu que, ao receberem processos de redistribuição de
32 servidores, não encaminhem diretamente do *campus* para o Ministério da Educação – MEC – ou
33 para a instituição de interesse, visto que só o reitor tem a competência para deliberar sobre
34 processo de redistribuição de servidores. Falou que alguns processos estão retornando do MEC
35 por falta de manifestação da autoridade máxima da instituição, que no caso é o reitor do IFTO.
36 Edileuza solicitou ainda que, ao receberem processo de solicitação de cessão de servidores, os
37 gestores não façam manifestação favorável, porque o IFTO tem adotado a postura de pedir o
38 declínio da solicitação. Nos casos em que não haja declínio do pedido, quando se tratar de órgão
39 para cuja cessão se revele obrigatória, serão efetivados os encaminhamentos necessários. A pró-
40 reitora Paula Karini agradeceu o empenho dos *campi* em participar do processo de seleção de
41 projetos de Extensão, em conformidade com o Edital n.º 19/2016/REITORIA/IFTO, de 19 de
42 maio de 2016. Ainda nos informes da Pró-reitoria de Extensão, o diretor de Assuntos Estudantis
43 Higor Lira agradeceu a compreensão de todos na realização dos Jogos Estudantis do IFTO, visto
44 a alteração de datas para a realização do evento. Lira reforçou que o evento iniciou no dia 13 e se
45 estenderá até o dia 17. Octaviano fez uma observação quanto à exigência do edital de seleção de
46 projetos de extensão. Disse que não achou viável a obrigatoriedade de ciência da direção-geral
47 do *campus* no projeto apresentado. Explicou que há servidores que, no último dia de submissão,
48 solicitam a assinatura do gestor no projeto, sem que haja tempo hábil para que a gestão analise o
49 documento. Disse, ainda, que o projeto pode trazer custos para o *campus*, e, sendo assinado pelo
50 gestor, sem tempo hábil para análise, as despesas que a gestão atesta no documento podem passar
51 despercebidas. Ainda sobre esse apontamento, Antonio sugeriu que não haja essa exigência nos
52 editais emitidos pelo IFTO, porque, depois de assinado o documento, não há como negar que a
53 unidade custeará as despesas geradas para o desenvolvimento do projeto. Paula Karini esclareceu
54 que a equipe da Proex discutirá os pontos negativos e positivos após esse edital, para adequação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

55 nos próximos editais. Antonio solicitou que as datas de eventos discutidos e recomendados pelo
56 Codir devem ser modificadas pelo Codir, para não gerar desconforto. Falou que os gestores não
57 podem ficar em situações constrangedoras ante as comunidades interna e externa, por conta de
58 alterações de datas de eventos do IFTO que acabam interferindo no calendário das unidades.
59 Paula Karini explicou que, no caso do Jifto, a mudança ocorreu pelo fato de estarem preocupados
60 em realizar o evento sem que o dinheiro para custear as despesas houvesse sido repassado pelo
61 MEC. Explicou que se reuniu com o reitor, com o pró-reitor de Administração e com o diretor de
62 Assuntos Estudantis, oportunidade em que foi exposta pelo responsável financeiro a situação de
63 incerteza quanto à descentralização do recursos em tempo hábil para realização do evento na data
64 anteriormente agendada pelo Codir. Juliana expôs que entendeu a decisão da Reitoria, visto a não
65 liberação do financeiro, em tempo hábil, e que naquele momento a decisão foi acertada. Marcelo
66 se posicionou em consonância com o diretor-geral Antonio, afirmando que o *Campus Gurupi*
67 teve prejuízo financeiro, pois, com base no cronograma anterior, realizou reservas em hotel para
68 hospedagem dos alunos. Além disso, a gestão do *campus* se viu constrangida ante os pais dos
69 alunos, pois já havia se reunido com eles e divulgado o cronograma preliminarmente informado
70 pela Diretoria de Assuntos Estudantis. Com a mudança na programação, os pais tiveram de
71 esperar a chegada dos alunos na madrugada posterior ao último dia do evento, pois não havia
72 como o *Campus Gurupi* assumir novas despesas quanto à estada dos estudantes em Palmas.
73 Antonio frisou que, no caso do Jifto, a equipe gestora da Reitoria devia ter publicizado o passo a
74 passo da situação que motivou a mudança de data. Dando continuidade à reunião, o presidente
75 substituto solicitou alteração na pauta, antecipando os pontos 7 e 14, o que foi aceito por todos os
76 presentes. Prosseguindo com os informes, Augusto explicou que a carta de anuência assinada
77 pela gestão revela-se pertinente, pois, antes de haver a exigência de tal carta, o servidor submetia
78 projetos, com previsão de custos, mas sem dar ciência à gestão do *campus*, o que acarretava
79 dificuldades na execução do projeto, já que não houvera acordo com a gestão. Por isso, a equipe
80 da Propi tem expresso essa exigência em seus editais. Segundo Augusto, a carta de anuência
81 permite que a gestão tenha ciência do projeto do servidor e, se for o caso, conhecimento dos
82 custos para o desenvolvimento do trabalho. Na sequência, informou que, quanto à composição



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul
77020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - codir@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

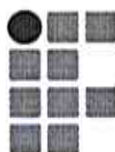
83 do Comitê de Ética do Uso Animal, encaminharam aos *campi* solicitação para indicação de
84 nomes para a sua composição, e até o presente só receberam indicação de nome do *Campus*
85 Colinas do Tocantins. Solicitou aos *campi* que trabalham com animais que indiquem servidores
86 para compor o comitê. Informou ainda que lançará um edital para as vagas remanescentes do
87 PAP/APL, na próxima semana, sendo de ampla concorrência e não mais por *campus*.
88 Prosseguindo a reunião, passou-se para o ponto 7 da pauta, referente à apresentação do Plano
89 Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFTO. O presidente da Comissão de
90 Ações para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFTO, Higor Lira, explicou que a comissão
91 tem trabalhado na elaboração de documentos, com orientação do Ministério da Educação. Disse
92 que, com o avançar do calendário da comissão, chegaram à conclusão de que será necessário
93 adiar o prazo para a apresentação do relatório final, tendo em vista que terão que colher mais
94 informações para complementar o documento. Antonio questionou o objetivo de tal trabalho
95 após elaboração do documento. Higor explicou que o objetivo é elaborar ações com base no
96 resultado da pesquisa. Disse ainda que a Controladoria-geral da União solicita que seja feito um
97 mapa estratégico, para desenhar as ações a serem realizadas no âmbito do IFTO, no que diz
98 respeito à assistência aos estudantes. Diante disso, na reunião que a comissão realizará amanhã,
99 constituirá um novo calendário, que contemplará novas ações a serem realizadas. Ovídio
100 pontuou que as ações propostas pelos *campi* ainda serão realizadas, conforme proposições, e uma
101 ação não anulará outra. Antonio falou que o relatório deve trazer os pontos levantados por
102 localidade, visto que, se tiver caráter geral, não identificará as dificuldades por unidade, haja
103 vista que o problema existente em uma unidade não estará necessariamente presente em outra.
104 Higor informou que o relatório para a comunidade apresenta os dados gerais, mas as tabelas com
105 os dados locais foram encaminhadas para os *campi*, para que elaborassem o seu relatório local.
106 Reconheceu o prazo não razoável para elaboração dos relatórios; contudo, esclareceu que a
107 comissão-geral não pode sistematizar os relatórios locais, ficando a cargo das comissões locais
108 essa função. Juliana sugeriu à comissão que não divulgue dados generalizados, porque nem todos
109 os dados refletem a realidade das comunidades de todos os *campi*. Ovídio falou que as críticas
110 são bem-vindas para aprimorarem o trabalho que vem sendo realizado. Dando continuidade a





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

111 reunião, passou-se para o ponto 14 da pauta, referente à apresentação do Relatório de Gestão de
112 Riscos. Com a palavra, Carine Nunes informou que o relatório já devia ter passado pelo Codir na
113 reunião ocorrida em março; contudo, não foi possível estar presente para apresentá-lo. Assim,
114 trouxe o documento nesta reunião para apreciação e recomendações do Codir, caso necessário.
115 Expôs as dificuldades encontradas, como a falta de entendimento no preenchimento, por parte de
116 algumas unidades, por não terem acessado as videoaulas e lido o material disponibilizado, que
117 foi elaborado pela Coordenação de Planejamento Estratégico, na Reitoria, com instruções para
118 construção do documento. Falou ainda que estão dispostos a ouvir sugestões dos gestores para
119 melhorar o desenvolvimento dos próximos trabalhos. Esclareceu que a comissão responsável
120 pelo Relatório de Gestão foi constituída ainda em 2015. Esclareceu que a metodologia para o
121 desenvolvimento desse trabalho foi apresentada anteriormente em reunião do Codir, cujos
122 membros recomendaram o início das atividades. Disse que a comissão também explicou a
123 metodologia do trabalho no Seminário Administrativo do IFTO realizado no ano de 2015,
124 capacitando assim servidores para a elaboração da gestão de risco. Explicou que, por falta de
125 encaminhamento de dados em tempo hábil para elaboração do relatório de Gestão de Risco,
126 tiveram que estender por três vezes o prazo estipulado para o envio dos dados. Relatou que a
127 maior dificuldade da comissão foi mapear os processos nos setores. Disse que alguns dos
128 servidores indicados nos *campi* como responsáveis pela Gestão de Risco tinham maior
129 conhecimento da unidade, o que facilitou o preenchimento. Carine elogiou os servidores que
130 colaboraram com o relatório de Gestão de Risco, que beneficiará as ações no âmbito do IFTO.
131 Carine informou que a equipe da Coordenação de Planejamento Estratégico está trabalhando em
132 um módulo no Suap para elaboração da Gestão de Risco, com vistas a facilitar o preenchimento
133 de dados. William explicou que a Coordenação de Planejamento Estratégico lida com vários
134 documentos estratégicos, como o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI -, Plano Anual
135 de Atividades Institucionais – PAAI -, entre outros. William explicou que os riscos representam
136 situações que podem impossibilitar as ações no Instituto, e destacou que o mapeamento dos
137 riscos é um processo contínuo. William questionou se a metodologia de trabalho é adequada, ou
138 se se fazem necessárias modificações. Juliana Queiroz sugeriu a criação de comissões nos *campi*,





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

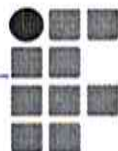
139 as quais ficariam responsáveis pela respectiva unidade. Juliana sugeriu ainda que tais comissões
140 sejam compostas tanto por servidor da área do Ensino quanto por servidor da área
141 Administrativa. Ficou acordado que cada *campus* formará uma comissão local. Na oportunidade,
142 Paulo Hernandez elogiou o trabalho da Comissão de Gestão e Risco. Antonio da Luz pontuou
143 que o trabalho é bem desenvolvido, contudo vê dificuldades no mapeamento dos processos,
144 ponto-chave para o relatório de riscos. Antonio disse ainda que o relatório deve ser preenchido
145 por quem estiver atuando no ambiente onde são pesquisados os riscos, e acrescentou que é
146 interessante que a equipe da Reitoria visite os *campi* com o objetivo de ajudar na elaboração dos
147 documentos. Com palavra, Carine disse que os *campi* têm autonomia para desenvolver suas
148 atividades, e os próprios servidores das unidades podem realizar os mapeamentos de processos,
149 bem como o fluxograma destes. William sugeriu que os gestores repassem aos setores a planilha
150 com as ações a serem executadas. Antonio destacou que todas as ações envolvem a discussão
151 sobre a autonomia dos *campi*, e o momento atual exige o estabelecimento de quais ações podem
152 ser executadas de forma autônoma por parte dos *campi*. Disse que vê necessidade de mudança na
153 forma de gestão, mas se faz necessário um debate entre os gestores, especialmente neste
154 momento que estão trabalhando na reorganização dos documentos internos. Por seu turno, Paulo
155 Hernandez pontuou que os *campi* novos têm necessidade de desenvolver seus trabalhos em
156 sintonia com as pró-reitorias. Paulo destacou que os *campi* devem ter autonomia, mas esta não
157 deve abranger todas as ações. Em razão desse debate, os membros do Codir acordaram que a
158 discussão sobre a autonomia dos *campi* constará de pauta futura. Com a transferência do ponto
159 três para o turno vespertino, iniciou-se a apresentação do ponto quatro da pauta: Apresentação da
160 proposta para a reformulação do Regimento do Colégio de Dirigentes. Paula Karini expôs que
161 sente falta de câmaras especializadas em determinados temas, pois há situações que demandam
162 estudo prévio em razão do assunto explorado, ao passo que os membros não possuem
163 conhecimento de todas as áreas. Ovídio explicou que tal sugestão caberia no Consup, pois o
164 Codir já conta com representantes de todas as áreas. Juliana Queiroz pontuou que o Codir já
165 conta com o apoio técnico de setores como a Procuradoria Federal junto ao IFTO e a Direção de
166 Gestão de Pessoas, para abordar temáticas que exijam conhecimentos específicos. Após





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

167 discussões, acordou-se o encaminhamento da proposta de alteração do Regulamento do Codir
168 para deliberação no Consup. No turno vespertino, iniciou-se exposição do ponto 5: Apresentação
169 do Manual dos Setores de Registros Escolares no âmbito do IFTO. Janaína Muradas discorreu
170 sobre o histórico da construção do documento, que foi iniciado em maio de dois mil e quinze, em
171 reunião técnica da Pró-reitoria de Ensino com os servidores dos setores de registro escolar dos
172 *campi*. Disse que o manual apresenta procedimentos e processos voltados para otimização do
173 trabalho em tais setores. Janaína explicou que foram criados fluxos que discriminassem o trâmite
174 de cada atividade. Disse ainda que o documento apresenta ações de caráter usual, ou seja,
175 aquelas que ocorrem de forma mais rotineira nos *campi*. Janaína disse que, por conta da
176 peculiaridade do documento, a comissão entende como desnecessária sua aprovação no Consup.
177 Octaviano disse que também não vê necessidade de submeter tal documento ao Consup. Antonio,
178 por sua vez, defendeu o respaldo da comunidade e, por conseguinte, do Consup, o que, segundo
179 ele, não traria prejuízo ao trabalho da comissão. Juliana pontuou que não vê necessidade de
180 submeter o documento ao Consup, posição também adotada por Jonas de Britto. Com a palavra,
181 Ovídio disse que, por ser documento institucional, o manual poderá ser submetido ao Consup.
182 Contudo, após discussões, os membros chegaram à conclusão de que não há necessidade de
183 encaminhar tal documento ao Consup, bastando apenas aprovação pelo reitor por meio de
184 portaria. Retomando os informes, Ovídio disse que o reitor se reuniu com os pró-reitores e com
185 os diretores da Reitoria para discussão dos indicadores presentes no termo de acordo de metas.
186 Ovídio pediu atenção quanto ao que está posto no documento, pois o IFTO será cobrado com
187 base nesses indicadores. Ovídio informou sobre a reunião realizada entre o reitor, os pró-reitores
188 de Administração e Ensino, e a deputada federal Dorinha Seabra, ocasião em que a deputada
189 apresentou suas demandas quanto à implantação de *campi* do IFTO, bem como demandas de
190 emendas parlamentares solicitadas para o IFTO, as quais ainda não foram liberadas. Antonio
191 solicitou que a gestão solicitasse à deputada a inclusão do *Campus* Paraíso do Tocantins entre os
192 *campi* listados como agrícolas. Em seguida, iniciou-se a exposição do ponto três, que trata das
193 providências a serem tomadas para adequação à Portaria n.º 246, de 15 de abril de 2016, a qual
194 dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos de direção e funções





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

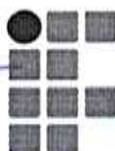
195 gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e
196 Tecnologia. Ovídio expôs que se deve criar uma comissão para estabelecer ações que visem à
197 adequação à Portaria n.º 246/2016. Ovídio discorreu sobre a tabela de distribuição do quadro
198 docente, com base na Portaria n.º 246/2016. Segundo Ovídio, o quadro atual apresenta 642
199 (seiscentos e quarenta e dois) docentes e conta com previsão de alcançar o número de 720
200 (setecentos e vinte) docentes. No entanto, há distorção no quadro de docentes do *Campus*
201 Palmas, onde se verifica um excedente de 65 (sessenta e cinco) docentes. Ovídio citou a
202 possibilidade de os *campi* avançados ofertarem o curso técnico integrado, mas, para tanto, faz-
203 se necessária a liberação das vagas que ainda serão destinadas ao IFTO. Ovídio também expôs a
204 possibilidade de criação de um novo *campus* em Palmas, com vistas a alcançar o equilíbrio em
205 relação ao número de docentes do *Campus* Palmas. Excluída essa opção, outra ação a ser adotada
206 seria diminuir os limites dos quadros de docentes dos demais *campi*. Juliana sugeriu que, caso
207 optem pelo rateio de vagas, que os *campi* avançados não sejam incluídos, visto já contarem com
208 número reduzido de servidores. Antonio defendeu que o documento a ser criado para tratar da
209 questão em tela fique a cargo do Codir, não sendo necessário, pois, criar uma comissão para
210 formulá-lo. O presidente substituto informou que a minuta deve ser feita por uma comissão, que
211 será constituída com membros do Codir e com a representação da Diretoria de Gestão de
212 Pessoas. Paulo Hernandez pediu agilidade na composição da comissão e nos trabalhos a serem
213 desenvolvidos por ela, visto haver urgência nas decisões dos *campi* que estão em fase de
214 consolidação. Na ocasião, Edileuza frisou a questão do rateio de vagas de docentes para
215 regularizar a situação, subtraindo 10 (dez) vagas de cada *campus* e destinando-as ao *Campus*
216 Palmas. Octaviano expôs que essa situação foi criada pelo MEC, tendo em vista que a
217 distribuição de vagas ocorreu anteriormente à portaria que determinou o modelo de *campus* e a
218 sua estrutura; por isso, o *Campus* Palmas está com sua cota com limite excedido quando se toma
219 como parâmetro a Portaria n.º 246/2016 do MEC. Octaviano reafirmou que, quando foram
220 distribuídos novos códigos de vaga para o *campus*, não havia um modelo que determinasse o
221 limite hoje imposto; ademais, o *campus* contava com folga no banco de equivalência. Quanto ao
222 rateio de vagas, Décio explicou que não é uma decisão de gestão, mas da comunidade, visto que





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

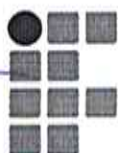
223 essa já fez o planejamento prévio dos cursos que estão propostos no Plano de Desenvolvimento
224 Institucional - PDI. O presidente sugeriu que a comissão faça a análise de tal questão a fim de
225 que ela seja retomada em reunião futura do Codir. O presidente concedeu oportunidade para
226 candidaturas de membros da comissão, que, conforme acordado, será composta por Cristiano
227 Mateus, Marcelo Terra, Paulo Hernandez, Lilissanne Marcelly, Jonas Reginaldo, Juliana Queiroz,
228 Décio Dias, Octaviano Furtado e, representando a Diretoria de Gestão de Pessoas, Maria
229 Edileuza França, que também foi escolhida como presidente da comissão. Ficou acordado o
230 prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos. Em prosseguimento, iniciou-se
231 discussão sobre o ponto seis, distribuição de códigos de vaga de docentes. Edileuza pontuou que
232 as solicitações anteriores, realizadas pelos *campi*, foram canceladas. Com a palavra, Paulo
233 Hernandez expôs sua discordância, pois no ano de 2015 foram feitos levantamentos com relação
234 aluno-professor, previsão de cursos, entre outros dados. Assim, disse não aceitar que os *campi*
235 que não estão cumprindo com suas obrigações sejam beneficiados com os novos códigos de
236 vagas. Na oportunidade, Edileuza pontuou que os diretores das unidades precisam confirmar o
237 que precisam atualmente, para posteriormente discutirem as vagas e dividirem-nas entre os
238 *campi*. Interrompeu-se a discussão do ponto seis, Augusto, na oportunidade, pediu a palavra e
239 submeteu à análise dos membros do Codir a situação de vacância de um dos cargos da Pró-
240 reitoria de Pesquisa e Inovação. Informou que a servidora Cristiane Martins solicitou sua saída
241 da Coordenação de Pesquisa, por motivos pessoais, e com isso questionou aos presentes se há
242 sugestão de algum nome para assunção dessa função. A diretora de Gestão de Pessoas pontuou
243 que o ideal seria que a indicação fosse de servidor de um dos seguintes *campi*: Palmas, Paraíso
244 do Tocantins ou Porto Nacional. Antonio da Luz sugeriu que dessa vez fosse indicado um técnico
245 administrativo em Educação; assim, criariam oportunidade para que a equipe gestora da Pró-
246 reitoria de Pesquisa e Inovação tivesse um representante da categoria TAE. Ao retomarem as
247 discussões acerca da distribuição de códigos de vaga, os membros do Codir pediram para que
248 fosse definida a distribuição das vagas, ainda nessa reunião, visto que o Codir reunido poderia
249 deliberar sobre essa tema, sem que deixasse para uma próxima oportunidade. Todos os membros
250 concordaram em definir as vagas nesse momento e, após discussões, a divisão de vinte e três





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

251 (23) códigos de vagas de professor se deu da seguinte forma: *Campus* Colinas do Tocantins ficou
252 com 10 (dez) vagas; *Campus* Avançado Pedro Afonso com 4 (quatro) vagas; *Campus* Dianópolis
253 com 2 (duas) vagas; *Campus* Araguaína com 5 (cinco) vagas; *Campus* Gurupi com 1 (uma) vaga
254 e *Campus* Porto Nacional com 1 (uma) vaga. O presidente substituto solicitou, a pedido da
255 Chefia de Gabinete do Reitor, a inclusão de um ponto de pauta referente à discussão de
256 implantação e utilização da suíte LibreOffice no âmbito do IFTO, o que foi aceito por todos os
257 presentes. Com a palavra, Quenízia expôs que o Instituto Federal do Tocantins vem utilizando
258 diferentes aplicativos de serviços em suas unidades, e alguns necessitam que suas licenças sejam
259 pagas. Segundo Quenízia, em reunião, o reitor Francisco Nairton, o pró-reitor de
260 Desenvolvimento Institucional e o diretor de Tecnologia de Informação analisaram as
261 possibilidades de efetuar pagamento de licenças, e concluíram ser inviável, visto os altos custos e
262 a falta de orçamento para tal. Assim, foi definido que na Reitoria do IFTO será utilizada a suíte
263 LibreOffice. Quenízia explicou que a Reitoria já está utilizando o LibreOffice; contudo, tem
264 encontrado dificuldades, visto que alguns *campi* utilizam outros tipos de aplicativos, e, por isso,
265 quando enviam documentos para a Reitoria, estes se revelam desconfigurados para o destinatário
266 que utiliza o LibreOffice. Assim, optou por apresentar essa questão ao Codir, para verificar a
267 forma que podem adotar para resolver essa situação. Quenízia pontuou que o correto é que, no
268 âmbito do IFTO, seja utilizada uma suíte office livre, pois a instituição não pode arcar com
269 despesas extras. Após discussão, ficou acordado que os *campi* terão até dia 31 de agosto para
270 implantarem o LibreOffice nas unidades. Em sequência, abriu-se discussão para o ponto oito,
271 InovaIF. Paula Karini apresentou a plataforma do InovaIF, explicando como será o
272 gerenciamento da página. Após a apresentação, orientou que os *campi* cadastrem o perfil. Disse
273 que esse sistema permite o acompanhamento dos projetos de pesquisa e extensão, e foi criado a
274 partir de uma determinação expressa na Portaria n.º 58/2014 da Secretaria de Educação
275 Profissional e Tecnológica (Setec), do Ministério da Educação. Paula esclareceu que a oferta de
276 bolsas para o fomento às atividades já ocorre entre estudantes e professores com vínculo
277 institucional. Com a publicação da portaria, os Institutos Federais podem estender a concessão
278 dessa modalidade de financiamento aos pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

279 externos ou de empresas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. Augusto explicou que
280 os coordenadores de projetos, bem como os responsáveis pelo financeiro terão perfil no sistema,
281 assim como o gestor da unidade. Paula Karini questionou aos presentes se tinham muitos
282 projetos para cadastrar até o prazo de 30 de junho. Antonio falou que as bolsas vigentes
283 finalizam em julho. Assim, ficou acordado que, a partir de agosto, os projetos serão cadastrados
284 no sistema. Em seguida, foi discutido o ponto nove, VII Jice. Augusto explicou que trouxe esse
285 ponto para confirmar se será mantida a realização desse evento, neste ano, em Araguatins. Décio
286 explicou que alguns servidores que estavam à frente da organização do evento saíram do
287 *campus*, mas, se for para ser realizado em Araguatins, irão se empenhar para o êxito do evento. O
288 diretor-geral do *Campus* Colinas do Tocantins disse que sua equipe pode auxiliar o *Campus*
289 Araguatins nos trabalhos. Diante do exposto, Augusto disse que será constituída uma comissão
290 para realização do evento em Araguatins. Paula Karini questionou se o IFestival será realizado
291 em conjunto com a Jice. Após discussões, ficou acordado que o IFestival e a Jice serão realizados
292 em conjunto, no corrente ano, ficando os pró-reitores de Pesquisa e Extensão responsáveis por
293 dialogar e programar tais eventos. Ficou acordado que, em 2017, os eventos serão separados, e o
294 IFestival será sediado pelo *Campus* Gurupi. Propôs-se que a Jice 2016 seja realizada entre 19 de
295 outubro e 21 de outubro de 2016. Ainda com relação à Jice, Augusto questionou se, no evento
296 deste ano, os coordenadores discutirão o local de realização do evento em 2017, bem como
297 perguntou se os coordenadores poderão mesmo eleger o próximo *campus*-sede, a exemplo do
298 ano passado. Octaviano disse que essa situação deve ser analisada, haja vista problemas
299 ocorridos em situações anteriores. Antonio sugeriu que os diretores das unidades interessadas se
300 candidatem previamente e que os coordenadores de pesquisa dos *campi* candidatos apresentem
301 seu planejamento, a fim de que, durante o evento deste ano, os coordenadores definam a próxima
302 unidade a sediar o evento. Foi sugerido ainda que essa logística seja adotada nos próximos
303 eventos, lembrando que os *campi* candidatos não podem ter sediado o mesmo evento nos últimos
304 três anos. Acordou-se ainda que a Jice ocorrerá na terceira semana de outubro, e a sua abertura
305 ocorrerá na quarta-feira e o seu encerramento na sexta-feira. No ponto 10, Apresentação do
306 regulamento de promoção à classe de professor titular, Augusto explicou como foi elaborado o





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

307 documento para sugestões da comunidade. Disse que as Comissões Permanentes de Pessoal
308 Docente - CPPDs - discutiram o documento, que agora é apresentado ao Codir para posterior
309 apreciação do Consup. Décio disse que, quanto ao documento, foi procurado por servidores que
310 analisaram a forma de pontuação e consideraram-na prejudicial aos servidores mais antigos, os
311 quais teriam mais dificuldade em pontuar. Augusto explicou que foi alterada a forma de
312 progressão por conta das sugestões recebidas. Disse ainda que, em portaria que trata do assunto,
313 o MEC estabelece que a pontuação deva atingir pelo menos duas das seguintes áreas: Ensino;
314 Pesquisa; Extensão. Disse que a pontuação mínima é de 200 (duzentos) pontos. Paulo Hernandez
315 destacou que há IFs com regulamentos mais flexíveis. Antonio frisou que a seleção de professor
316 titular deve observar o objetivo desse acesso, qual seja premiar o servidor que colaborar com a
317 instituição. Disse que concorda que o documento não pode ser muito aberto, mas servir de
318 estímulo para que o profissional contribua cada vez mais com a instituição. Disse que, se os
319 servidores forem ativos, produzindo trabalhos de qualidade, alcançarão a pontuação. Destacou
320 que não é contra um servidor antigo ter condições de atingir a pontuação exigida, mas não
321 concorda que um servidor recente na instituição alcance com facilidade a pontuação
322 estabelecida. Ovídio esclareceu que o professor titular faz parte da carreira, não tendo limite para
323 inclusão de servidores. Disse que, por ser parte da carreira, pensa que o documento deva ser
324 flexível, haja vista que não trará prejuízo à instituição. Na ocasião, Augusto disse que concorda
325 com Antonio da Luz, de modo que o regulamento deve, sim, exigir um pouco mais para que o
326 professor alcance a classe de titular. Décio destacou que o IFTO deve valorizar os servidores que
327 contribuíram muito com a instituição. Juliana disse que concorda com o posicionamento de
328 Antonio e de Augusto, porque o servidor deve se fazer merecedor da promoção. Ovídio disse
329 que, para a obtenção do Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC –, a pontuação é
330 160 (cento e sessenta), e para professor titular são exigidos 200 (duzentos) pontos, de modo que
331 há gradação de dificuldade entre uma exigência e outra. Após discussões, Augusto propôs tirar o
332 limite de pontuação do indicador 1, referente ao exercício de magistério na carreira do EBTT. Tal
333 indicador encontra-se entre as atividades de ensino e orientação. Juliana sugeriu que não
334 acolhessem essa sugestão, mas criassem um tópico para beneficiar os servidores que estão na





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

335 instituição há muito tempo. Contudo, após discussões, foi acordada a retirada de limite desse
336 indicador. Antonio sugeriu que incluíssem a expressão “evento”, após a palavra “periódico”, no
337 indicador II das atividades de PD&I. Ficou acordada a alteração do limite da pontuação das
338 atividades de orientação e coorientação de TCC dos cursos técnico e de graduação, fixando-se,
339 respectivamente, os limites de pontuação de 20 (vinte) e 30 (trinta) pontos. Foi incluída a
340 expressão “estágio supervisionado” no tópico II, que trata das bancas de avaliação de trabalhos
341 acadêmicos. Ficou acordado que, para a composição da comissão especial, o interessado, isto é,
342 o servidor candidato a professor titular indicará à CPPD, em conformidade com o anexo II do
343 regulamento, 10 (dez) nomes, dos quais 7 (sete) serão externos ao IFTO. Os dirigentes
344 acolheram como pontuação necessária para obtenção do título de professor titular a pontuação
345 mínima de 160 (cento e sessenta) pontos. Também foi acordado que a comissão especial, que
346 avaliará o processo do servidor interessado em obter a classe de professor titular, será retribuída
347 com Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, como já ocorre nos processos de RSC.
348 Quanto aos pontos de pauta 11, Apresentação da Instrução Normativa para trâmites processuais
349 das atividades de propriedade intelectual no âmbito do IFTO; 12, Apresentação do regulamento
350 das atividades da Incubadora de Empresas do IFTO; e 13, Regulamento do Programa de Apoio
351 ao Empreendedorismo e Inovação do IFTO, tendo em vista que os processos referentes a esses
352 pontos ainda estão sob análise da Procuradoria Federal junto ao IFTO, ficou acordado que esses
353 documentos serão apreciados posteriormente pelos membros do Codir. Caso não haja reunião do
354 Codir em tempo hábil para encaminhamento ao Consup, os membros farão a apreciação via e-
355 mail, com vistas a possibilitar a inclusão desse pontos na próxima reunião do Conselho Superior,
356 em reunião ordinária a ser realizada em 18 de agosto. Nada mais havendo a tratar, o presidente
357 substituto do Colégio de Dirigentes do IFTO, Ovídio Ricardo Dantas Junior, encerrou a reunião
358 agradecendo a presença e a participação de todos, e eu, Quenízia Vieira Lopes, secretária do
359 Colégio de Dirigentes, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada por
360 mim, pelo presidente e pelos demais membros presentes do Colégio de Dirigentes do Instituto
361 Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul
77020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - codir@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

NOME	ASSINATURA
Francisco Nairton do Nascimento Reitor/Presidente do Codir Substituto: Ovídio Ricardo Dantas Junior	
Quenízia Vieira Lopes Chefe de Gabinete do Reitor / Secretária do Codir	
Paula Karini Dias Ferreira Amorim Pró-reitora de Extensão	
Augusto Cesar dos Santos Pró-reitor de Pesquisa e Inovação	
Cristiano Fernandes Mateus Diretor-geral do <i>Campus</i> Araguaína	
Décio Dias dos Reis Diretor-geral do <i>Campus</i> Araguaatins	
Paulo Hernandes Gonçalves da Silva Diretor do <i>Campus</i> Colinas do Tocantins	
Jonas Reginaldo de Britto Diretor-geral <i>pro tempore</i> do <i>Campus</i> Dianópolis	
Marcelo Alves Terra Diretor-geral do <i>Campus</i> Gurupi Substituto no dia 16/6: Cleverson da Silva Martins	
Valquires Martins de Santana Diretor do <i>Campus</i> Avançado Lagoa da Confusão	
Octaviano Sidnei Furtado Diretor-geral do <i>Campus</i> Palmas	
Antonio da Luz Junior Diretor-geral do <i>Campus</i> Paraíso do Tocantins	
Juliana Ferreira de Queiroz Diretora do <i>Campus</i> Avançado Pedro Afonso	
Lilissanne Marcelly de Sousa Diretora-geral do <i>Campus</i> Porto Nacional	

